



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.465.069/0001-09

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial, acompanhado da Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. A Diretoria coloca-se à disposição dos senhores acionistas na sede social para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários ao perfeito conhecimento das contas apresentadas. Colatina, ES, 13 de fevereiro de 2009. **A Diretoria.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007				DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007			
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
ATIVO		2008	2007	PASSIVO		2008	2007
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e bancos (nota 4)		1.611	3.657	Fornecedores (nota 11)		4.971	7.315
Aplicações no mercado aberto (nota 5)		29.380	23.435	Salários a pagar		59	80
Consumidores, concessionários e permissionários (nota 6)		9.963	14.174	Tributos e contribuições sociais (nota 12)		3.626	4.024
Redução de tarifa irrigação e agricultura		1.651	-	Participações estatutárias		1.931	1.489
Dônus e sobretaxa (nota 7)		2	2	Dividendos propostos e juros sobre capital próprio		7.143	5.566
Encargo de capacidade emergencial		57	58	Empréstimos e financiamentos (nota 13)		4.711	2.734
Tributos e contribuições sociais (nota 8)		2.949	3.027	Obrigações estimadas		1.302	1.301
Estoques (nota 9)		671	674	Encargos do consumidor a recolher (nota 14)		3.825	1.374
Outros ativos		2.396	1.214	Outros passivos		137	162
		48.580	46.241			77.705	74.025
NÃO CIRCULANTE				EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Empréstimos e financiamentos (nota 13)		32.750	30.967
Fidejussões regulatórias PIS/COFINS sem cobertura tarifária		-	3			32.750	30.967
Depósito Reinvestimento Banco do Nordeste		2.449	1.491	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Depósitos vinculados a litígios		30	103	Capital social (nota 16)		40.000	32.814
Outros créditos		75	70	Reserva de capital		3.693	3.374
		2.554	1.667	Reserva de investimentos (nota 16)		20.434	20.434
				Reserva legal		4.676	3.807
				Lucros acumulados		17.058	-
						68.803	57.053
PERMANENTE							
Imobilizado (nota 10)		78.024	64.137				
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		80.578	65.804				
TOTAL DO ATIVO		129.258	112.045	TOTAL DO PASSIVO		129.258	112.045
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.							
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007				Reserva de lucros			
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Capital social	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Lucros acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2006 (ajustado)	30.373	2.945	3.137	-	-	-	11.000
Aumento capital cfs. AGE de 23/08/07	2.441	(2.441)	-	-	-	-	47.455
Incentivo fiscal - Isenção/Redução e reinvestimento	-	2.870	-	-	-	-	2.870
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	13.400
Constituição de reserva legal	-	-	670	-	-	-	(670)
Proposta da Administração para distribuição de dividendos:	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,68 por ação)	-	-	-	-	-	-	(3.017)
Dividendos - Ações ordinárias (R\$ 0,83 por ação)	-	-	-	-	-	-	(2.428)
Dividendos - Ações preferenciais (R\$ 0,83 por ação)	-	-	-	-	-	-	(1.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	32.814	3.374	3.807	-	-	-	17.058
Aumento capital cfs. AGO/lt de 29/04/2008	4.695	-	-	-	-	-	(4.695)
Incentivo fiscal - Isenção/Redução e reinvestimento	2.491	(2.491)	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal - Isenção e/ou Redução Indevid 30/12/2005	-	-	(59)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(59)
Constituição de reserva legal	-	-	869	-	-	-	20.245
Proposta da Administração para distribuição de dividendos: (nota 15)	-	-	-	-	-	-	(869)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,81 por ação)	-	-	-	-	-	-	(3.566)
Dividendos - Ações ordinárias (R\$ 1,10 por ação)	-	-	-	-	-	-	(3.235)
Dividendos - Ações preferenciais (R\$ 1,10 por ação)	-	-	-	-	-	-	(1.635)
Incentivo fiscal - Isenção/Redução e reinvestimento - Lei nº 11.638/2007	-	2.869	-	-	-	-	(2.869)
Lucros Acumulados para Reserva de Lucros - Lei nº 11.638/2007	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	40.000	3.693	4.676	20.434	(20.434)	-	68.803
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.							
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007							
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		2008	2007	VALOR ADICIONADO BRUTO		2008	2007
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços		129.127	127.743	Quotas de reintegração		84.863	74.837
Doações, contrib. Residencial baixa renda		2.267	2.344	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		(4.152)	(3.456)
Reposicionamento tarifário diferido		410	3.991	Fornecedores - Energia Elétrica		80.701	71.381
Redução de tarifa irrigação e agricultura		1.635	-	Receitas financeiras		4.444	3.908
Provisão para devedores duvidosos - reversão (contingência)		(140)	(33)	VALOR ADICIONADO TOTAL		85.145	75.289
Não operacionais		243	243	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Custo da energia comprada		(39.807)	(50.587)	Pessoal e encargos		(8.836)	(8.145)
Serviços de terceiros		(5.195)	(4.812)	Impostos, taxas e contribuições		(53.658)	(49.757)
Materiais		(2.678)	(2.688)	Encargos de dívidas e juros		(3.059)	(2.201)
Outros custos operacionais		(1.004)	(1.365)	Aluguéis		(373)	(307)
				Juros s/capital próprio/dividendos/participações		(10.367)	(8.161)
				Lucros retidos		(8.940)	(6.728)
						(85.145)	(75.289)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.							
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007				2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
1. CONTEXTO OPERACIONAL							
A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (doravante referida como Santa Maria ou Companhia), constituída em 10 de setembro de 1959, é uma sociedade de capital fechado, na condição de concessionária do serviço público de energia elétrica, e tem como objetivo principal a geração e distribuição de energia elétrica. Sua atuação abrange a área de 11 municípios do estado do Espírito Santo. A Companhia gera e transmite cerca de 1,68% da energia elétrica requerida pelo seu sistema, contando, para tanto, com quatro usinas hidrelétricas. Os 98,32% restantes de sua energia distribuída são adquiridos da Esocel - Espírito Santo Central Elétrica S.A. A Santa Maria, com sede em Colatina - ES, tem contrato de concessão da geração e distribuição junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, assinado em fevereiro de 1999, com vencimento em julho de 2015, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas por esse órgão. A área de concessão reagrupoada nos termos do artigo 22 da Lei nº 9.074/95 compreende os seguintes municípios do Estado do Espírito Santo:				As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo órgão regulador, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Por meio da Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, foi instituído o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, cujas normas inseridas por meio do plano de contas, instituídas pela ANEEL e do roteiro de divulgação de informações econômicas e financeiras estão sendo aplicadas compulsoriamente pelas concessionárias e permissionárias desde 1º de janeiro de 2002. O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatos, objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e promissas incluem a análise da recuperabilidade do ativo imobilizado nas operações, assim como da análise de demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço. Na elaboração das demonstrações contábeis de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008. Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e à Medida Provisória nº 449/08 estão detalhados na Nota Explicativa nº 3. A Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e			
Conjunto de consumidores		2008	2007				
Água Branca		5.572	5.149				
Alto Rio Novo		3.006	2.758				
Centro - Colatina (exceto distrito de Itapina)		37.872	36.640				
Mantimilândia		3.525	3.378				
Pancas		6.485	6.058				
Sul - São Roque do Canaã e Santa Teresa (exceto o distrito de Alto Santa Maria)		6.177	5.621				
São Domingos do Norte		2.786	2.580				
São Gabriel da Palha		8.605	8.004				
Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca)		4.174	3.776				
Governador Lindenberg		1.166	3.806				
Total		82.368	77.770				

Continuando



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.465.069/0001-09

em Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

acumulados, no patrimônio líquido, nos termos do art. 186 da Lei nº 5.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis.

Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Ativo intangível

Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com esse finalidade.

A Companhia procedeu, na data da transição, à reclassificação dos determinados bens do ativo imobilizado e ativo diferido para o ativo intangível, de acordo com as disposições previstas no Pronunciamento Técnico CPC nº 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, com base no disposto na Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08.

Ajustes a valor presente

Determinadas contas do ativo e passivo não circulante, bem como do ativo e passivo circulante, quando relevantes, devem ser ajustadas ao valor presente nas datas das respectivas transações, com base em taxas que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para as contas em questão.

Atualmente, a Companhia não possui nenhuma operação que gere efeito significativo de ajuste a valor presente.

Valor recuperável dos ativos

Obrigação de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que:

(I) A perda por não recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas aos referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos.

(II) O critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente da tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão, revisado e ajustado.

A Companhia realizou essa análise e não identificou nenhum ajuste.

Eliminação da Reserva de Reavaliação

Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou extorção até o fim do exercício social em que a Lei entrar em vigor.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia não possuía reservas de reavaliação em seus registros.

Subvenções econômicas

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDECNE apurado a partir da vigência da Lei nº 11.638/07 foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucros. Até 31 de dezembro de 2007, o valor correspondente ao incentivo SUDECNE era creditado diretamente à conta de reserva do capital no patrimônio líquido.

Arrendamento mercantil financeiro

Obrigação de o registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: leasing financeiro).

A Companhia não possui operações de leasing financeiro.

Equivalência patrimonial em companhias coligadas

Com base nas novas disposições da legislação societária, trazidas pela MP nº 449/08, a Companhia deverá aplicar o método da equi valência patrimonial na avaliação de investimentos permanentes em todas as coligadas. Com base no novo texto, são coligadas todas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa, sem controle-las.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia não possuía investimentos a serem avaliados conforme determinação das novas disposições da legislação societária.

Resultado não operacional

Conforme estabelecido pela Medida Provisória nº 449/08, a Companhia deixou de segregar o resultado nas categorias operacional e não operacional. Para fins de comparabilidade com o exercício anterior, o resultado não operacional de 2007 no montante de R\$ 243 foi reclassificado para o grupo de outras despesas operacionais líquidas.

Com base no melhor entendimento da Companhia e nos pronunciamentos contábeis existentes até a data da elaboração dessas demonstrações contábeis, as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

Não houve efeito tributário significativo dos ajustes decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08.

SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Aprovação do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. A receita com fornecimento de energia elétrica é registrada com base na data de emissão das faturas a seus consumidores, não incluindo o montante de energia fornecida e não faturada até a data do balanço.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Calculado em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização das contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, atendendo aos limites mínimos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Avaliação dos estoques

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, sendo que os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no ativo circulante e aqueles destinados ao ativo imobilizado são classificados no ativo não circulante, na rubrica "Imobilizado".

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e/ou construção, corrigido até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, em conformidade com as taxas de depreciação determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (nota 10), e das contribuições de consumidores. Em razão do disposto nas Instruções Gerais nº 35 e nº 36, do plano de contas do serviço público de energia elétrica, os juros e demais encargos financeiros, incluindo os efeitos inflacionários e cambiais, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15% - e acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 740 mil anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

Empréstimos e financiamentos

Estão atualizados pela variação monetária, juros e encargos finan-

ceiros determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço. Esses ajustes são apropriados ao resultado do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo imobilizado em curso.

Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Provisão para passivo contingentes

São constituídas provisões para as contingências conhecidas e calculáveis na data do balanço, quando, segundo avaliação da Administração e dos consultores jurídicos da Companhia, há riscos prováveis de perda no desfecho dos processos.

4. CAIXA E BANCOS

Estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em contas bancárias e disponibilidades em caixa. Os valores estão assim demonstrados:

	2008	2007
Caixa	330	295
Bancos - Conta movimento	1.281	3.362
Total	1.611	3.657

5. APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Em 31 de dezembro, as aplicações no mercado aberto estão representadas por:

	2008	2007
Aplicações financeiras	29.380	23.435
Títulos de renda fixa	29.380	23.435
Total das aplicações financeiras	29.380	23.435

As aplicações financeiras referem-se a títulos Públicos Federais, a

	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2008 Total circulante	2007 Total
Consumidores					
Residencial	1.660	1.083	45	2.988	3.467
Residencial - Baixa renda	259	157	3	419	505
Industrial	1.511	351	84	1.946	2.100
Comercial, serviços e outros	1.757	335	53	2.145	2.652
Rural	921	494	24	840	1.293
Poder público	360	20	-	380	559
Iluminação pública	272	129	922	1.323	1.011
Serviço público	306	1	-	307	286
Subtotal consumidores	6.646	2.570	1.131	10.347	11.873
Reposicionamento tarifário diferido	249	-	-	249	3.038
Fornecimento de tarifas repudiadas	19	-	-	19	193
Concessionários/Permissionários (a)	66	-	-	66	66
Outras receitas	178	-	-	178	69
Subtotal	512	-	-	512	3.366
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(896)	(896)	(1.065)
Total	7.158	2.570	233	9.963	14.174

(a) Concessionários e permissionários

O montante de R\$ 66 mil, apresentado como valores a receber de concessionários e permissionários, corresponde ao valor a receber da ESCELSA - Espírito Santo Central Elétrica S.A., em decorrência do acordo de compra de sobras líquidas contratuais negociadas no MAE, pela ESCELSA, em face da Santa Maria não participar desse mercado. O valor não está sujeito à atualização monetária.

7. BÔNUS E SOBRETAXA

Ativo circulante

Bônus concedidos

Em razão do baixo nível da principal bacia hidrográfica brasileira observada no primeiro semestre de 2001, o Governo Federal instituiu, entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002, um programa de racionamento de energia.

As principais medidas adotadas podem ser resumidas da seguinte forma:

- Cobrança de sobretaxas nas tarifas aos consumidores que não cumpriram a meta de redução do consumo, definida inicialmente com uma redução de até 20%.
- Distribuição do bônus para consumidores de determinadas faixas de consumo, que apresentaram redução superior à meta estabelecida.

10. ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado pode ser assim demonstrado:

	Taxas médias de depreciação (*)	Custo	Depreciação e Amortização acumulada	2008 Valor líquido	2007 Valor líquido
Ativo Imobilizado Tangível					
Em serviço:					
Geração	1,46%	891	(461)	430	419
Distribuição	3,88%	107.016	(26.858)	80.158	66.960
Comercialização	4,01%	6.951	(3.260)	3.691	3.438
Administração	7,61%	3.788	(1.958)	1.830	1.538
Total Imobilizado Tangível		118.646	(32.537)	86.109	72.355
Ativo Imobilizado Intangível					
Em serviço:					
Distribuição	20,00%	280	(85)	195	191
Administração	20,00%	578	(475)	103	32
Total Imobilizado Intangível		858	(560)	298	223
Total Imobilizado		119.504	(33.097)	86.407	72.578
Em curso:					
Geração					42
Distribuição		9.030	-	9.030	8.313
Comercialização		101	-	101	82
Administração		9.121	-	9.121	8.437
Valor líquido		128.635	(33.097)	95.538	81.015
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (a)				(17.514)	(16.878)
Total do ativo imobilizado				78.024	64.137

(*) A taxa média é calculada considerando a despesa de depreciação do exercício, dividida pelo saldo médio anual do imobilizado.

A Companhia procedeu a reclassificação de determinados bens do ativo imobilizado e ativo diferido para o ativo intangível, de acordo com as disposições previstas no Pronunciamento Técnico CPC nº 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, com base no disposto na Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08. Os saldos apresentados no exercício de 2007 foram reclassificados para uma melhor apresentação das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO IMOBILIZADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

	Saldos no início do exercício 31.12.07 (R\$)	Adições (R\$)	Baixas por alienação e desativação (R\$)	Transferências por entradas em serviço (R\$)	Saldos no final do exercício 31.12.08 (R\$)
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Geração	667	-	-	24	891
Distribuição	90.315	-	(605)	17.587	107.297
Comercialização	6.419	-	-	533	6.951
Administração	3.729	-	(99)	736	4.365
Total	101.330	-	(704)	18.880	119.506
(-) Depreciação acumulada	(28.752)	(4.765)	440	-	(33.097)
Total das Imobilizações em Serviço	72.578	(4.765)	(264)	18.880	86.409

Continuamos

Certificados de Depósito Bancário ("CDB") e Fundos de Investimento, remunerados a taxas do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), cuja intenção é a sua manutenção até o prazo de vencimento do certificado.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

Reforça-se a créditos de fornecimento de energia faturada e recebida.

A composição das contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários em 31 de dezembro é a seguinte:

	2008	2007
Circulante:		
Classe de consumidores:		
Residencial	2.988	3.467
Residencial - Baixa renda	419	505
Industrial	1.946	2.100
Comercial, serviços e outros	2.145	2.652
Rural	840	1.293
Poder público	380	559
Iluminação pública	1.323	1.011
Serviço público	306	286
Subtotal	10.347	11.873
Concessionários e permissionários (b)	66	66
Participações financeiras	153	42
Reposicionamento tarifário diferido (a)	249	3.038
Fornecimento tarifas repudiadas	19	193
Outros	22	27
Subtotal	512	3.366
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(896)	(1.065)
Total de consumidores - Circulante	9.963	14.174

Os créditos vencidos e a vencer, relativos ao fornecimento de energia elétrica em 31 de dezembro de 2008, estão distribuídos da seguinte forma:

	2008 Total	2007 Total
Vencidos até 90 dias	2.988	3.467
Vencidos há mais de 90 dias	419	505
Subtotal	1.946	2.100
Comercial, serviços e outros	2.145	2.652
Rural	840	1.293
Poder público	380	559
Iluminação pública	1.323	1.011
Serviço público	307	286
Subtotal consumidores	10.347	11.873
Reposicionamento tarifário diferido	249	3.038
Fornecimento de tarifas repudiadas	19	193
Concessionários/Permissionários (a)	66	66
Outras receitas	178	69
Subtotal	512	3.366
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(896)	(1.065)
Total	9.963	14.174

De acordo com o definido pela ANEEL, os valores de sobretaxas faturadas e os bônus concedidos em decorrência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica devem ser controlados separadamente, sem afetar os resultados da Companhia.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Os tributos e contribuições sociais a recuperar podem ser assim demonstrados:

	2008	2007
ATIVO		
ICMS a recuperar (a)	2.536	2.647
IRPJ a recuperar	365	362
Outros	48	18
Total	2.949	3.027

(a) Os valores de ICMS a recuperar referem-se basicamente a créditos do Imobilizado conforme Lei Complementar nº 102/2000.

9. ESTOQUES

Os estoques podem ser assim demonstrados:

	2008	2007
Almoxarifado	649	651
Material salvado	6	6
Destinado à alienação	16	17
Total almoxarifado - Circulante	671	674
Material em depósito	2.291	3.367
Total almoxarifado - Imobilizado em curso	2.991	3.367

**EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.**

CNPJ: 27.485.069/0001-09

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo no início do exercício			Baixas por alienação e desativação		Transferências por entradas em serviço		Saldo no final do exercício																																								
31.12.07			31.12.08		31.12.08		31.12.08																																								
(R\$)			(R\$)		(R\$)		(R\$)																																								
Adições																																															
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO																																															
Geração	42	16	(34)		(24)	-																																									
Distribuição	8.313	18.303	-		(17.587)	9.030																																									
Comercialização	82	532	-		(532)	100																																									
Administração	-	735	-		(735)	-																																									
Total das Imobilizações em Curso	8.438	19.606	(34)		(18.879)	9.130																																									
Total do Ativo Imobilizado Registrado	81.016	14.821	(298)		-	95.339																																									
(-) Obrigações Especiais (reclassificação)	(16.878)	(1.932)	1.295		-	(17.515)																																									
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	64.137	12.889	998		-	77.824																																									
Imobilizado em curso - Ceração - refere-se essencialmente à aplicação de diversos estudos e projetos de geração nas seguintes PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas:																																															
<table><tr><th></th><th>2008</th><th>2007</th></tr><tr><td>Levantamento Planialtimétrico Rio São Mateus</td><td>-</td><td>26</td></tr><tr><td>Outras</td><td>-</td><td>46</td></tr><tr><td>Total</td><td>-</td><td>72</td></tr></table>										2008	2007	Levantamento Planialtimétrico Rio São Mateus	-	26	Outras	-	46	Total	-	72																											
	2008	2007																																													
Levantamento Planialtimétrico Rio São Mateus	-	26																																													
Outras	-	46																																													
Total	-	72																																													
Obrigações vinculadas à concessão																																															
<table><tr><th></th><th>2008</th><th>2007</th></tr><tr><td>Reserva para reversão (1)</td><td>374</td><td>374</td></tr><tr><td>Contribuições de consumidores (2)</td><td>17.158</td><td>16.549</td></tr><tr><td>Doações e subvenções</td><td>5</td><td>5</td></tr><tr><td>Total</td><td>17.537</td><td>16.878</td></tr></table>										2008	2007	Reserva para reversão (1)	374	374	Contribuições de consumidores (2)	17.158	16.549	Doações e subvenções	5	5	Total	17.537	16.878																								
	2008	2007																																													
Reserva para reversão (1)	374	374																																													
Contribuições de consumidores (2)	17.158	16.549																																													
Doações e subvenções	5	5																																													
Total	17.537	16.878																																													
(1) O saldo é proveniente da "Reserva para reversão" constituída em 1971 e foi aplicado, até aquela data, na expansão do serviço público de energia elétrica.																																															
(2) As contribuições de consumidores referem-se aos recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento dos pedidos de fornecimento de energia elétrica.																																															
Em razão de sua natureza, as obrigações vinculadas à concessão não representam obrigações financeiras e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros da Companhia.																																															
Dos bens vinculados à concessão																																															
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão e distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 70/99 regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.																																															
As obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificações do imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados à execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.																																															
13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS																																															
Os saldos de empréstimos e financiamentos estão assim demonstrados:																																															
<table><tr><th></th><th>Atualização</th><th>2008</th><th>2007</th></tr><tr><th></th><th></th><th>Circulante</th><th>Longo prazo</th></tr><tr><td>Moeda nacional</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Eletrobrás (a)</td><td>RGR + 5,00% a.a. + 1,00% a.a.</td><td>1.381</td><td>19.016</td></tr><tr><td>Banco Itaú S.A.</td><td>TJLP + 3,30% a.a.</td><td>318</td><td>575</td></tr><tr><td>Banco Santander Banepsa S.A. (b)</td><td>TJLP + 3,30% a.a.</td><td>1.281</td><td>2.376</td></tr><tr><td>Caixa Econômica Federal (c)</td><td>TJLP + 2,50% a.a.</td><td>1.702</td><td>8.511</td></tr><tr><td>Banestes S.A. (c)</td><td>TJLP + 3,00% a.a.</td><td>29</td><td>9</td></tr><tr><td>Total</td><td></td><td>4.711</td><td>32.750</td></tr></table>										Atualização	2008	2007			Circulante	Longo prazo	Moeda nacional				Eletrobrás (a)	RGR + 5,00% a.a. + 1,00% a.a.	1.381	19.016	Banco Itaú S.A.	TJLP + 3,30% a.a.	318	575	Banco Santander Banepsa S.A. (b)	TJLP + 3,30% a.a.	1.281	2.376	Caixa Econômica Federal (c)	TJLP + 2,50% a.a.	1.702	8.511	Banestes S.A. (c)	TJLP + 3,00% a.a.	29	9	Total		4.711	32.750			
	Atualização	2008	2007																																												
		Circulante	Longo prazo																																												
Moeda nacional																																															
Eletrobrás (a)	RGR + 5,00% a.a. + 1,00% a.a.	1.381	19.016																																												
Banco Itaú S.A.	TJLP + 3,30% a.a.	318	575																																												
Banco Santander Banepsa S.A. (b)	TJLP + 3,30% a.a.	1.281	2.376																																												
Caixa Econômica Federal (c)	TJLP + 2,50% a.a.	1.702	8.511																																												
Banestes S.A. (c)	TJLP + 3,00% a.a.	29	9																																												
Total		4.711	32.750																																												
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO																																															
a. Capital social																																															
O capital social da Companhia está representado por ações, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:																																															
<table><tr><th>Espécie/Classe</th><th>Quantidade</th><th>Rs</th><th>Quantidade</th><th>Rs</th></tr><tr><td>Ordinárias</td><td>2.937.927</td><td>26.574</td><td>2.937.927</td><td>21.800</td></tr><tr><td>Preferenciais</td><td>1.484.392</td><td>13.426</td><td>1.484.392</td><td>11.014</td></tr><tr><td>Total</td><td>4.422.319</td><td>40.000</td><td>4.422.319</td><td>32.814</td></tr></table>									Espécie/Classe	Quantidade	Rs	Quantidade	Rs	Ordinárias	2.937.927	26.574	2.937.927	21.800	Preferenciais	1.484.392	13.426	1.484.392	11.014	Total	4.422.319	40.000	4.422.319	32.814																			
Espécie/Classe	Quantidade	Rs	Quantidade	Rs																																											
Ordinárias	2.937.927	26.574	2.937.927	21.800																																											
Preferenciais	1.484.392	13.426	1.484.392	11.014																																											
Total	4.422.319	40.000	4.422.319	32.814																																											
Valor patrimonial por ação (R\$) 15.5581 12.9011																																															
As ações preferenciais não possuem direito a voto. No entanto, conferem aos seus possuidores dividendos mínimos obrigatórios de 8% sobre o valor nominal, nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias.																																															
Do resultado do exercício, após a dedução das provisões para o imposto de renda e contribuição social, será destinada uma quota de até 10% para gratificação à Diretoria e o saldo terá a seguinte destinação:																																															
• Constituição da reserva legal em 5% até o limite de 20% do capital social.																																															
• Pagamento de 25% de dividendos às ações ordinárias.																																															
b. Reserva de lucros (investimentos)																																															
A Administração da Companhia destinou o montante de R\$ 20.434 mil para constituição de Reserva para Investimentos, para a execução de planos de investimentos no pressuposto de aprovação em Assembleia Geral.																																															
c. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio																																															
Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se as disposições do Estatuto Social.																																															
Conforme o capítulo III, do Estatuto Social da Santa Maria, anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, haverá uma Assembleia Geral para:																																															
(1) Tornar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis.																																															
(2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.																																															
Com base no resultado do exercício, foram propostos os seguintes dividendos:																																															
<table><tr><th></th><th>2008</th><th>2007</th></tr><tr><td>Lucro líquido do exercício</td><td>20.245</td><td>13.400</td></tr><tr><td>Incentivo Fiscal Lucro da Exploração e Reinvestimento</td><td>(2.869)</td><td>-</td></tr><tr><td>Constituição de reserva legal</td><td>(869)</td><td>(670)</td></tr><tr><td>Dividendos mínimos obrigatórios:</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Ações ordinárias (2008 - R\$ 1,10 por ação/2007 - R\$ 0,83 por ação)</td><td>3.235</td><td>2.428</td></tr><tr><td>Ações preferenciais (2008 - R\$ 1,10 por ação/2007 - R\$ 0,83 por ação)</td><td>1.635</td><td>1.227</td></tr><tr><td>Total</td><td>4.870</td><td>3.655</td></tr><tr><td>Dividendos complementares:</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Juros sobre o capital próprio</td><td>3.566</td><td>3.017</td></tr><tr><td>IRRF</td><td>(535)</td><td>(452)</td></tr><tr><td>Juros sobre o capital próprio, líquido do IRRF (R\$ 0,57 por ação em 2007 e R\$ 0,35 por ação em 2006)</td><td>-3.031</td><td>-2.564</td></tr><tr><td>Total dos dividendos mínimos e complementares</td><td>2.901</td><td>6.219</td></tr></table>										2008	2007	Lucro líquido do exercício	20.245	13.400	Incentivo Fiscal Lucro da Exploração e Reinvestimento	(2.869)	-	Constituição de reserva legal	(869)	(670)	Dividendos mínimos obrigatórios:			Ações ordinárias (2008 - R\$ 1,10 por ação/2007 - R\$ 0,83 por ação)	3.235	2.428	Ações preferenciais (2008 - R\$ 1,10 por ação/2007 - R\$ 0,83 por ação)	1.635	1.227	Total	4.870	3.655	Dividendos complementares:			Juros sobre o capital próprio	3.566	3.017	IRRF	(535)	(452)	Juros sobre o capital próprio, líquido do IRRF (R\$ 0,57 por ação em 2007 e R\$ 0,35 por ação em 2006)	-3.031	-2.564	Total dos dividendos mínimos e complementares	2.901	6.219
	2008	2007																																													
Lucro líquido do exercício	20.245	13.400																																													
Incentivo Fiscal Lucro da Exploração e Reinvestimento	(2.869)	-																																													
Constituição de reserva legal	(869)	(670)																																													
Dividendos mínimos obrigatórios:																																															
Ações ordinárias (2008 - R\$ 1,10 por ação/2007 - R\$ 0,83 por ação)	3.235	2.428																																													
Ações preferenciais (2008 - R\$ 1,10 por ação/2007 - R\$ 0,83 por ação)	1.635	1.227																																													
Total	4.870	3.655																																													
Dividendos complementares:																																															
Juros sobre o capital próprio	3.566	3.017																																													
IRRF	(535)	(452)																																													
Juros sobre o capital próprio, líquido do IRRF (R\$ 0,57 por ação em 2007 e R\$ 0,35 por ação em 2006)	-3.031	-2.564																																													
Total dos dividendos mínimos e complementares	2.901	6.219																																													
18. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA																																															
Supridora																																															
<table><tr><th></th><th>2008</th><th>2007</th></tr><tr><th></th><th>MWh</th><th>R\$</th></tr><tr><td>ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.</td><td>403.517</td><td>40.400</td></tr><tr><td>Encargos de Uso da Rede Básica</td><td>-</td><td>3.218</td></tr><tr><td>Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia Elétrica - PROINFA</td><td>5.987</td><td>740</td></tr><tr><td>Subtotal</td><td>409.504</td><td>44.358</td></tr><tr><td>ESCELSA PIS/COFINS</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Resolução Homologatória ANEEL nº 606 de 23/01/2008 (*)</td><td>-</td><td>(4.647)</td></tr><tr><td>ESCELSA PIS/COFINS</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Resolução Homologatória ANEEL nº 431 de 06/02/2007</td><td>-</td><td>94</td></tr><tr><td>Realização CVA Energia Comprada</td><td>-</td><td>(3)</td></tr><tr><td>Total</td><td>409.504</td><td>39.802</td></tr></table>										2008	2007		MWh	R\$	ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	403.517	40.400	Encargos de Uso da Rede Básica	-	3.218	Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia Elétrica - PROINFA	5.987	740	Subtotal	409.504	44.358	ESCELSA PIS/COFINS	-	-	Resolução Homologatória ANEEL nº 606 de 23/01/2008 (*)	-	(4.647)	ESCELSA PIS/COFINS	-	-	Resolução Homologatória ANEEL nº 431 de 06/02/2007	-	94	Realização CVA Energia Comprada	-	(3)	Total	409.504	39.802			
	2008	2007																																													
	MWh	R\$																																													
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	403.517	40.400																																													
Encargos de Uso da Rede Básica	-	3.218																																													
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia Elétrica - PROINFA	5.987	740																																													
Subtotal	409.504	44.358																																													
ESCELSA PIS/COFINS	-	-																																													
Resolução Homologatória ANEEL nº 606 de 23/01/2008 (*)	-	(4.647)																																													
ESCELSA PIS/COFINS	-	-																																													
Resolução Homologatória ANEEL nº 431 de 06/02/2007	-	94																																													
Realização CVA Energia Comprada	-	(3)																																													
Total	409.504	39.802																																													

—(Continued)



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Suprimento de Energia Elétrica

	2008	2007
7.005	11.814	
Energia registrada	409.504	380.157
Total	416.509	391.971

(*) As alíquotas de PIS/COFINS aplicadas às tarifas TL e TUSD da ESCCLSA para a SANTA MARIA nos reajustes de 2006 e 2007, no total de 5,717%, não consideraram os efetivos créditos tributários incidentes sobre a relação de suprimento. O recálculo das alíquotas de PIS/COFINS no período de fevereiro de 2006 a janeiro de 2008, com correção monetária pelo IGP-M, gerou um passivo financeiro de R\$ 5.059 mil, devolvido pela ESCCLSA à Santa Maria em 12 parcelas iguais e consecutivas nos meses de fevereiro de 2008 a janeiro de 2009, sendo recebido, no exercício de 2008, o montante de R\$ 4.647 mil.

19. DESPESAS COM PESSOAL

	2008	2007
Descrição		
Nº funcionários	07	226
Total funcionários	07	226
Remuneração	194	5.439
Encargos sociais	72	2.016
Total	266	7.455

a) Despesas administrativas e gerais

	2008	2007
Descrição		
Pessoal	3.068	2.934
Material	109	32
Serviço terceiro	2.341	2.844
Depreciação	660	569
Outras despesas	318	729
Total	6.696	6.928

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação entre a alíquota efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social é apresentada como segue:

	2008	2007
Imposto de renda		
Lucro antes do imposto de renda	27.027	19.280
Alíquota imposto de renda	15%	15%
Adicional imposto de renda	10%	10%
Adições (exclusões):		
Provisões temporariamente não dedutíveis	(140)	33
Outras adições	264	186
Ajustes R/E/IS/COFINS/CVA	2.855	2.866
Incentivo Fiscal Lucro da Exploração e Reinvestimento	(2.869)	-
Outras exclusões	(1.781)	(136)
Base de cálculo	25.356	22.229
Imposto de renda (despesas)	6.270	5.533
Contribuição social		
Lucro antes da contribuição social	27.027	19.280
Alíquota da contribuição social	9%	9%
Adições (exclusões):		
Provisões temporariamente não dedutíveis	(140)	33
Outras adições	249	184
Ajustes R/E/IS/COFINS/CVA	2.855	2.866
Incentivo Fiscal Lucro da Exploração e Reinvestimento	(2.869)	-
Outras exclusões	(3.270)	(1.534)
Base de cálculo	23.052	20.629
Contribuição social (despesas)	2.147	1.875

A Companhia, conservadoramente, não reconhece efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre provisões temporariamente indedutíveis.

21. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que, segundo a Administração da Companhia, são suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado. Os principais ativos em serviço estão segurados por um montante global de R\$ 36.865.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

	Período de vigência	Importância assegurada
Risco		
Incêndio	26/07/08 a 26/07/09	35.115
Responsabilidade civil geral	26/07/08 a 26/07/09	1.450
Responsabilidade civil geral - Danos morais	26/07/08 a 26/07/09	300
		36.865

26. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR ATIVIDADE

	2008	2007
Receita Operacional	764	135.544
Fornecimento de energia elétrica	764	135.544
Doações contrib. resid. baixa renda	-	2.267
Reposicionamento tarifário diferido	-	410
Redução de Tarifa - Injeção e Aquicultura	-	1.635
Incentivo Fiscal Lucro da Exploração e Reinvestimento	-	2.869
Outras receitas	-	1.162
Deduções à receita operacional	(141)	(45.050)
Quota p/ Reserva Global do Reversão - RGR	-	(421)
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	-	(2.686)
Quota p/ Conta Consumo Combustível - CCC	-	(3.145)
P&D e PEE	-	(1.930)
Impostos e contribuições s/ a receita	(141)	(35.868)
Recita operacional líquida	623	90.494
Despesa Operacional	(354)	(61.788)
Pessoal	(266)	(5.572)
Material	(1)	(2.677)
Serviços de terceiros	(57)	(5.138)
Energia elétrica comprada p/ revenda	-	(39.802)
Depreciação e amortização	(20)	(4.142)
Outras despesas operacionais	(10)	(1.457)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	269	28.706
Efeitos financeiros	-	(2.191)
Resultado operacional	269	26.515
Resultado não operacional	-	243
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social, participações e reversão dos juros sobre capital próprio	269	26.758
Imposto de renda e contribuição social	(91)	(8.226)
Participação estatutária	(66)	(1.855)
Reversão dos juros sobre capital próprio	121	3.445
Lucro líquido do exercício	233	20.012
Lucro por ação - R\$	0,05	4,53

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

As receitas (despesas) financeiras são representadas como segue:

	2008	2007
Receitas:		
Receita de aplicações financeiras	2.787	2.457
Variações monetárias	321	185
Outras receitas financeiras	1.336	1.266
Total	4.444	3.908

Despesas:

	2008	2007
Encargos de dívidas	(2.539)	(1.326)
Outras despesas financeiras	(530)	(875)
Total	(3.069)	(2.201)

Receitas (Despesas) financeiras - líquidas

1.375 1.707

23. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

A Santa Maria patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, um plano de benefícios complementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, composto de complementos calculados de acordo com o critério de "Benefícios de Risco" - Parte Geral e de "Benefícios de Prazo Programado" - Parte Opcional, do tipo misto, cuja administração é feita por entidade de previdência privada aberta, o HSBG Previdência S.A.

O plano de benefícios foi constituído em 19 de novembro de 1992. Apesar de a Companhia ser patrocinadora de um fundo multipatrocinado, não existe solidariedade financeira entre a Companhia e as demais patrocinadoras do fundo. A reserva matemática garantidora dos benefícios concedidos, constituída na data de início do benefício em nome do participante que se aposentará, deverá ser, no mínimo, equivalente às contribuições vertidas pelo próprio participante, corrigidas monetariamente de acordo com a variação das quotas patrimoniais, descontadas as parcelas das contribuições destinadas à cobertura dos benefícios de risco.

A partir de 31 de dezembro de 2001, as empresas devem contabilizar em suas demonstrações contábeis os passivos oriundos dos benefícios concedidos aos empregados, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento NPC 26 do IBRACON. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Companhia não havia efetuado as avaliações atuariais necessárias.

Para os exercícios de 2008 e 2007, a fim de atender a essa exigência, a Companhia contratou consultoria externa para a realização de avaliação atuarial dos benefícios previdenciários oferecidos a seus empregados, relativamente aos exercícios de 2001 a 2008.

A seguir os principais resultados da referida avaliação atuarial, adotando as regras estabelecidas pelo pronunciamento NPC 26 do IBRACON, conforme exige o item 81 do referido pronunciamento:

	2008	2007
Conciliação de ativos e passivos		
Valor presente das obrigações atuariais	(1.098.582)	(1.113.504)
Valor justo dos ativos do plano	3.122.463	3.170.742
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	2.023.881	2.057.238
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidos	(6.853.997)	(4.756.109)
(Passivo) Ativo atuarial líquido	9.877.678	6.812.347

O ativo atuarial acima demonstrado não foi registrado, tendo em vista o disposto no item 49, alínea "g", do Pronunciamento NPC 26 do IBRACON. Nos anos de 2001 e 2002, também em conformidade com o referido pronunciamento, foi apurado ativo atuarial líquido.

	2008	2007
Cálculo dos ganhos (perdas)		
Valor do ganho (perda) no início do ano	(4.756.109)	(3.228.567)
Amortização no ano	177.561	123.147
Ganho (Perda) nas obrigações atuariais	1.310.878	965.454
Ganho (Perda) nos ativos do plano	(3.594.403)	(2.626.928)
Ganho (Perda) na contribuição empregado	8.077	10.834
Ganho (Perda) no final do ano	(6.853.997)	(4.756.109)
Cálculo do corretor*	312.216	317.074

(*) 10% do maior entre o patrimônio e o valor da obrigação.

(Despesa) Receita reconhecida na demonstração de resultados

	2008	2007
Custo do serviço corrente (com juros)	-	(108.644)
Juros sobre as obrigações atuariais	-	(1.227.527)
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	3.495.476
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidos	-	(177.561)
Total da despesa (receita) bruta a ser reconhecida	-	1.981.694
Contribuição esperada de participante para o próximo ano	-	37.380
Total da (despesa) receita líquida reconhecida	-	2.019.074

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os saldos contábeis de aplicações financeiras constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos em sua negociação com terceiros ou, na ausência deles, quando comparados com o valor presente líquido, ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante esse exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos.

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada no mercado para operações de riscos e prazos similares.

a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada no mercado para operações de riscos e prazos similares.

b) Concentração de risco de crédito

As contas a receber são bastante pulverizadas e correspondem a um grande número de clientes. Portanto, não se concentram em alguns clientes, minimizando o risco de crédito em conjunto com os procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisões julgadas suficientes pela Administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas na realização de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão regulador.

25. CORREÇÃO DAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA AO CONSUMIDOR FINAL

O Contrato de Concessão celebrado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 1999, estabelece as regras para a revisão e o reajuste das tarifas de energia elétrica aplicadas ao consumidor final. Com base nesse Contrato, a ANEEL, por intermédio da Resolução Normativa nº 431, de 6 de fevereiro de 2007, fixou o índice de reajuste das tarifas da ELFSM em 14,56%, sendo 11,35% relativos ao reajuste tarifário anual e 3,22% relativos aos componentes financeiros externos ao reajuste anual, com vigência a partir de 7 de fevereiro de 2007. No ano seguinte, conforme Resolução Normativa nº 605, de 29 de janeiro de 2008, as tarifas foram reajustadas em 4,78%, sendo 1,58% relativos ao reposicionamento tarifário e 3,22% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária, com vigência a partir de 7 de fevereiro de 2008.

A Companhia mantém registro das receitas e despesas por atividade, segregando-as entre produção e distribuição, conforme determinação do Órgão Regulador. A demonstração dos resultados segregados por atividade, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, foi elaborada adotando-se os critérios descritos abaixo:

Para segregação das receitas operacionais foi adotado o seguinte critério:

• A receita de produção para operações internas não foi faturada, mas somente reduzida da receita faturada pela atividade de distribuição.

Para segregação das despesas foram adotados os seguintes critérios:

• Deduções às receitas - exceto quanto ao ICMS, que incide somente sobre a atividade de comercialização, foram alocadas proporcionalmente às receitas de cada atividade.

• Despesas operacionais - as despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no plano de contas.

Para segregação das receitas e despesas financeiras e resultado não operacional são adotados os mesmos critérios das despesas operacionais.

As participações estatutárias foram alocadas proporcionalmente a cada atividade.

Os juros sobre capital próprio e a reversão dos juros sobre o capital próprio foram alocados de acordo com os critérios de alocação das despesas operacionais comuns.

A demonstração de resultado acima referida foi elaborada em conformidade à instrução do órgão regulador, sendo que não foram realizados os respectivos balanços patrimoniais ativos e passivos e as mutações do patrimônio líquido. Dessa forma, a referida demonstração não representa necessariamente a demonstração do resultado de cada atividade, caso elas fossem sociedades constituídas legalmente, com operações independentes.

Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

www.Continuação

CNPJ: 27.485.069/0001-09

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2008			2007		
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)			91.117			91.734
Resultado operacional (RO)			26.784			19.037
Folha de pagamento bruta (FPB)			6.224			5.778
2 - Indicadores Sociais Internos	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	119	1,91%	0,13%	100	1,73%	0,11%
Encargos sociais compulsórios	2.504	40,23%	2,75%	2.282	36,49%	2,49%
Previdência privada	288	4,63%	0,32%	268	4,34%	0,29%
Plano de Saúde	59	0,95%	0,06%	31	0,54%	0,03%
Segurança e medicina no trabalho	9	0,14%	0,01%	8	0,14%	0,01%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	/9	0,15%	0,00%	16	0,28%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros - Vale-transporte / Seguro de Vida	110	1,77%	0,12%	105	1,82%	0,11%
Total - Indicadores sociais internos	3.168	50,90%	3,48%	2.810	48,63%	3,06%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,04%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	35	0,13%	0,04%	-	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	1	0,00%	0,00%	1	0,01%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	1	0,01%	0,00%
Outros	6	0,02%	0,01%	9	0,05%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	52	0,19%	0,06%	11	0,06%	0,01%
Tributos (excetuados encargos sociais)	17.250	64,44%	18,94%	16.267	65,43%	17,73%
Total - Indicadores sociais externos	17.312	64,64%	19,00%	16.278	85,51%	17,74%
4 - Indicadores Ambientais	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	0,00%	0,00%	77	0,40%	0,08%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	100	0,53%	0,11%
Total dos investimentos em meio ambiente	-	0,00%	0,00%	177	0,93%	0,19%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 71%			() não possui metas () cumpre de 51 a 71%		
	() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período		310			310	
Nº de admissões durante o período		66			53	
Nº de empregados(as) formalizados(as)		99			103	
Nº de estagiários(as)		-			1	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		91			88	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		19			13	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		-			-	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		23			22	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		-			-	
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		10			5	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		2008 22,95			Metas 2009 22,00	
Número total de acidentes de trabalho		3			-	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(X) não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() não sugeridos	(X) não exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizar e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidoras (as):	na empresa 321	no Procon 0	na Justiça 6	na empresa 294	no Procon 03	na Justiça 05
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 81%	no Procon 0%	na Justiça 50%	na empresa 88,00%	no Procon 100,00%	na Justiça 80,00%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	85.145			75.289		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	62,96% governo 12,17% acionistas	10,38% colaboradores(as) 3,99% terceiros	10,50% retido	66,08% governo 10,84% acionistas	10,82% colaboradores(as) 3,32% terceiros	8,94% retido

DIRETORIA

ARTHUR ARPINI COUTINHO
Diretor - Presidente

ANGELO ARPINI COUTINHO
Diretor Vice-Presidente

ANGELO ANDRÉ BOSI
Diretor

ELEOMAR ANTONIO MARGOTTO
Contador CRC-ES 7076/O-0

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Conselheiros da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Companhia"), levantado em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo nesta data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Exceto pelo assunto mencionado no parágrafo 3, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos dados, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. A Companhia reconhece a receita com o fornecimento de energia elétrica, com base na data de emissão das faturas e seus consumidores, não considerando o montante de energia fornecida e não faturada até a data de 31 de dezembro de 2008. Não nos foi possível estimar o montante da receita líquida naquela data.

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão ocorrer se não houvesse a limitação descrita no parágrafo 3,

as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos origens e aplicações de recursos, foram por nós auditadas e sobre elas foi emitido parecer com ressalva datado de 14 de março de 2008, sobre o mesmo assunto mencionado no parágrafo 3. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo representadas com os ajustes para fins de comparação dos exercícios.

6. A demonstração dos fluxos de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparada em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foi submetida aos

mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2, e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 4, tomadas em conjunto.

7. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. A demonstração do valor adicionado, apresentada para propiciar informações suplementares como parte integrante das demonstrações contábeis, foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2, e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2009.

BDO

BDO Trevisan

Antônio de Rêdua Soares Pelicarp
Sócio-contador
CRC 1MG027739/O-3 "S" ES
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O 5 "S" ES

Protocolo 18768